



PROCURADORIA JURÍDICA - CONVÊNIO 001/2018

CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE PRODUTOS E/OU SERVIÇOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA - DER/PB, COM PAGAMENTO CONSIGNADO EM FOLHA DE PESSOAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DER/PB E O BANCO DAYCOVAL S/A, MEDIANTE AS CLÁUSULAS A SEGUIR AVENÇADAS. EM CONFORMIDADE COM A SOLICITAÇÃO FEITA ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 2504/2016- DER/PB.

CONVENIENTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA-DER/PB, Órgão da Administração Direta Descentralizada do GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, vinculado à SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, com sede na Av. Min. José Américo de Almeida, s/n, Torre, CEP: 58.040-902, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.122.706/0001-09, representado neste Ato pelo seu Diretor Superintendente, Engº **CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA**, CIC N° 002.242864-04, RG/SSP/PB, n° 55.233 residente nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONSIGNANTE**.

CONVENIADA: BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ n° 62.232.889/0001-90, com sede social na Avenida Paulista, n° 1.793, Bairro Bela Vista, CEP 01311-200 – São Paulo-SP, neste ato representada pelos seus representantes legais, a saber, os senhores **NILO CAVARZAN**, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG n° 5.164.530-0 SSP/SP e CPF n° 568.088.018-00 e **RICARDO DA SILVA**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG n° 12413449 SSP/SP e CPF n° 042.285.438-71, doravante denominada simplesmente **CONSIGNATÁRIA**.

CONSIDERANDO os Convênios de n°. 007/2017, assinado em 20 de junho de 2017, com vigência até 19/06/18 firmados entre o Estado da Paraíba e o Banco Daycoval S/A, conforme informações constantes no seu extrato de publicação;

CONSIDERANDO o teor da Cláusula 18, disposta no Convênio supracitado, no sentido de que para fins de credenciamento do Banco Daycoval S/A na Administração Indireta, para os mesmos fins, quais sejam "concessão de produtos e/ou serviços aos servidores públicos, com pagamento consignado na folha de pessoal", necessário se faz formalizar individualmente um Convênio padrão com as mesmas regras e procedimentos contidos naquele.

CONSIDERANDO que o Convênio anteriormente firmado com este DER-PB (Convênio 001/2015) teve seu prazo de vigência findo em 05/07/2016, não podendo, portanto, ser prorrogado. **RESOLVEM:**



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - É objeto do presente CONVÊNIO, visando beneficiar aos Servidores Públicos, a concessão, pela **CONVENIENTE** à **CONVENIADA**, para oferta e fornecimento de seus produtos e/ou serviços, aos Servidores Públicos do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA-DER/PB**, e com pagamento consignado em folha de pessoal, na modalidade de **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**, observado o regulamento de empréstimos e consignações a servidores públicos estaduais, conforme estabelecido no Decreto 32.554, de 01 de novembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - O presente CONVÊNIO rege-se-á pelas seguintes legislações:

- Constituição Federal;
- Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- Decreto Estadual nº. 32.554, de 01 de novembro de 2011 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE CO-RESPONSABILIDADE DA CONSIGNANTE PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS:

3.1 - A **CONSIGNANTE** não é parte da relação contratual firmada entre o Servidor Público e a **CONSIGNATÁRIA**, portanto, a consignação em folha de pagamento não implica em co-responsabilidade da Administração Pública Estadual, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto a **CONSIGNATÁRIA**, sob nenhuma hipótese.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNANTE:

4.1 – Enviar para averbação em folha de pagamento os pedidos de descontos, alterações e exclusões de consignações nos salários dos Servidores Públicos, processados através do sistema PBCONSIG, contratado pela **CONSIGNATÁRIA**.

4.2 – Informar via arquivo eletrônico para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, contratado pela **CONSIGNATÁRIA**, as margens consignáveis dos servidores, bem como os dados necessários para identificação dos mesmos, a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações de forma *on line*.

4.3 - Repassar mensalmente, em até 72 horas após o fechamento da folha de pagamento, para a empresa administradora do sistema PBCONSIG, o arquivo de retorno da folha para disponibilização dos relatórios de conciliação.

4.4 - Repassar a **CONSIGNATÁRIA**, preferencialmente até o dia 20 do mês subsequente ao vencido, os valores das prestações descontadas em folha, em razão das consignações objeto deste CONVÊNIO.

Parágrafo único: Uma vez descontados dos mutuários as parcelas das consignações, o não repasse à **CONSIGNATÁRIA** caracterizará apropriação indébita dos referidos valores por parte da **CONSIGNANTE**.

4.5 – A **CONSIGNANTE** se compromete a não acatar pedido de cancelamento das consignações em folha de pagamento apresentado pelos servidores, sem a devida anuência prévia e expressa da



CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRAGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA:

5.1 – Pagar à **CONSIGNANTE** o valor de R\$ 1.50 (hum real e cinquenta centavos), em razão dos custos operacionais referentes aos descontos nos contracheques e outros, sendo este valor deduzido do valor mensal das consignações a ser repassado à **CONSIGNATÁRIA**, nos termos do art. 19, do Decreto nº. 32.554, de 01 de novembro de 2011.

5.2 – Informar, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor do saldo devedor do empréstimo, quando solicitado pelo devedor.

5.3 – A contratação do sistema de gerenciamento e controle das consignações deverá ser de responsabilidade de todas as consignatárias **CREDENCIADAS** e, restando a **CONSIGNANTE** apenas cooperar com as demandas técnicas necessárias ao seu funcionamento no que diz respeito ao fornecimento dos dados necessários à operacionalização das consignações.

5.4 - Divulgar no PBCONSIG as taxas e coeficientes de empréstimos para consulta e simulação pelos servidores públicos através do Portal do Servidor do Estado da Paraíba.

a. As taxas de juros de empréstimos não deverão ultrapassar o limite de 2,5% (dois vírgula cinco por cento);

b. As taxas de juros referentes a cartão de crédito consignado não deverão ultrapassar o limite de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento);

c. Não será permitido à **CONSIGNATÁRIA** cobrar dos servidores taxas de abertura de crédito e outras decorrentes da contratação do empréstimo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:

6.1 – O prazo de vigência do presente **CONVÊNIO** será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovado por igual e sucessivo período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

7.1 – Qualquer das partes, sem qualquer ônus, poderá rescindir o presente **CONVÊNIO**, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: A rescisão a que se refere esta cláusula surtirá efeitos imediatos, sem prejuízo do cumprimento integral dos contratos de empréstimos firmados e ainda pendentes de total liquidação, desde que enviados para desconto pelo sistema de consignações da **CONSIGNATÁRIA** através do PBCONSIG.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 - Ocorrendo contestação do servidor sobre o desconto no contracheque, referente à consignação objeto deste **CONVÊNIO**, a **CONSIGNANTE** solicitará cópia do Contrato à **CONSIGNATÁRIA**, a qual estará obrigada a fornecê-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, com a finalidade de esclarecer dúvidas e tomar as providências que se fizerem necessárias.

8.2 – A importância mutuada de cada empréstimo contratado, nos termos do presente **CONVÊNIO**, deverá ser depositada pela **CONSIGNATÁRIA** diretamente em conta bancária de





titularidade do servidor tomador da consignação, que informará o número de sua conta corrente e a agência bancária.

CLÁUSULA NONA - DO FORO:

9.1 - Fica eleito pelas partes, com a renúncia de qualquer outro, o Foro de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, para dirimir questões e controvérsias provenientes do presente Convênio.

Assim ajustados, firmam o presente Convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor. em presença das testemunhas abaixo:

João Pessoa, 13 de Abril de 2018.

Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Diretor Superintendente do DER/PB

NILO CAVARZAN
Banco Daycoval S/A
RICARDO DA SILVA
Banco Daycoval S/A

TESTEMUNHAS:

1 - _____

(Nome completo/ CPF)
Alexandro Goncalves
CPF: 189.683.268-78

2- _____

(Nome completo/ CPF)

